

# A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira

*Brazil's Africa's collective identity construction in Brazil's foreign policy*

Amanda Frechiani Nascimento

## Resumo

A influência da cultura africana na formação sociocultural brasileira é um fator amplamente observável, todavia a política externa nem sempre traduziu em suas ações a singularidade desse continente. Através de breve análise histórica, busca-se explicar as variáveis que levaram a aproximações e retrações entre o Brasil e a África, desde o período colonial até 2011. Analisando-se a literatura histórica, publicações de periódicos e utilizando-se variáveis construtivistas, busca-se responder por que a aproximação entre Brasil e a África, entre 2003 e 2011, representou uma inovação. Pode-se concluir que houve inovação na medida em que o Brasil desenvolveu uma identidade coletivista em relação à África, rompendo a lógica anterior de motivações econômicas.

**Palavras-chave:** África; Brasil; Identidade coletiva; Processo vs. estrutura.

## Abstract

Africa's culture influence over Brazil's social-culture formation is a known fact. However Brazil's foreign policy hasn't always translated the singularity that this country represents into action. Throughout a brief historical analysis we seek to explain the variable leading the approximations and retractions between Brazil and Africa, since the colonial period, until 2011. Analyzing the historical data, current publications and using the constructivists' variables, we aimed to answer: Why the approximation between Brazil and Africa, during the two Lula's mandate, represents an innovation compared to the previous ones? It's concluded that there was a change in so far as Brazil developed a collectivist identity towards Africa, breaking the previous logic of economical motivation.

**Key words:** Africa; Brazil; Collective identity; Process vs. structure.



Brasil é o segundo maior país com população afrodescendente do mundo (76 milhões), perdendo apenas para a Nigéria (AMORIM, 2003). Esse fato já sinaliza para a importância que o continente africano tem na formação do Estado-nação brasileiro. Por outro lado, a postura brasileira em relação à África nem sempre refletiu a singularidade que esse continente possui no processo de construção sociocultural do Brasil. Dadas as profundas afinidades culturais, assim como fatores de homogeneidade (colonialismo, crises econômicas, subdesenvolvimento e pobreza), essa irregularidade na ação externa leva a indagações pertinentes sobre suas possíveis causas, objeto de investigação deste trabalho. Consoante abordado, esses movimentos pendulares podem ser explicados pelos distintos processos engendrados em nível sistêmico e doméstico, que podem ser averiguados através das variáveis propostas pelo construtivismo de Wendt.

A opção pelo construtivismo fica ainda mais clara ao se analisar a inabilidade das outras teorias em responder o problema em questão, qual seja: por que a aproximação entre Brasil e a África, durante os dois mandatos do presidente Lula, representa uma inovação? A teoria neorrealista de Waltz defende que: “Uma teoria é considerável plausível se a maior parte das hipóteses inferidas dela é plausível” (WALTZ, 1979, p. 124).<sup>1</sup> Ao se testar a plausibilidade do neorrealismo em face do objeto em questão, verifica-se que ele não condiz com a realidade dos fatos. Isso porque, ao priorizar a estrutura do sistema como o grande fator causal do comportamento das unidades, restringe a análise das mudanças ocorridas no nível das unidades, essenciais para a compreensão da mudança de comportamento do Brasil (WALTZ, 1979). Visto que o sistema internacional está inserido na estrutura vigente pós-Guerra Fria, e que, segundo Waltz (1979), estruturas similares produzem efeitos similares, a política externa brasileira (PEB) para a África não deveria ter sofrido as transformações que sofreu durante o governo Lula. As teorias neoliberais tampouco abrangem todos os fatores explicativos, assim como a neorrealista prevê resultados não constatados. Basta averiguarmos que, durante a década de 1980, o governo Sarney rompeu as relações econômicas com a África do Sul, ainda que esse país representasse 80% da balança comercial brasileira com a África. Um simples cálculo de custo/benefício não explica essa postura.

1. A theory is considered plausible if many hypotheses inferred from it are successfully subjected to test.

Com isso percebe-se que as teorias racionalistas não abrangem as variáveis necessárias para explicar as ações tomadas pelos Estados no sistema internacional, com já havia sido constatado por Wendt (2010). Para os “racionalistas” é a estrutura anárquica do sistema que define a atuação dos atores no sistema internacional, enquanto que para os reflexivistas é o processo de formação da identidade e a interação entre ator e estrutura que co-constroem os interesses do Estado. Dessa forma, para os construtivistas os agentes tanto influenciam a estrutura como são influenciados por ela (WENDT, 1992, p. 391), não há anterioridade ontológica. No nível da análise construtivista é fundamental entender tanto as mudanças sistêmicas como a mudança de entendimento dentro do próprio Estado, em um contexto que Wendt chamou de estrutura e processo (WENDT, 1992).

## **Desenvolvendo conceitos**

Ao longo deste trabalho, utilizaremos a teoria construtivista de Wendt para analisar os fatos levantados. Assim, é essencial familiarizar-se com os conceitos que permeiam o desenvolvimento teórico deste artigo. Primeiro, deve-se esclarecer que o sistema internacional é marcado pela anarquia, mais precisamente, é possível que se desenvolvam três tipos de anarquia, ou seja, três estruturas de interação. A anarquia dependeria do tipo de identidade predominante no sistema, animosidade, rivalidade ou amizade. A anarquia hobbesiana é aquela na qual predomina a ideia de inimigos e onde os atores não reconhecem o direito do outro de existir. Nesse sistema predominam ações revisionistas e os recursos militares ganham maior relevância. Quando predomina o conceito de rivalidade, tem-se a anarquia lockiana. Nesse caso a violência é limitada e os Estados reconhecem-se mutuamente como entes soberanos, mas ainda assim o nível de conflito é alto. Por fim, uma anarquia kantiana seria aquela na qual a guerra é considerada um meio legítimo e as relações internacionais atingem um sistema de segurança coletivo eficiente (WENDT, 2010).

Segundo as análises de Wendt, as três culturas anárquicas podem internalizar-se em níveis diferentes, dependendo do grau de comprometimento dos Estados com a cultura em questão. Assim Wendt destaca três níveis possíveis. No primeiro, a cultura seria internalizada pela coerção: “[...] o ator sabe qual é a norma, mas con-

sente com ela apenas porque é forçado, diretamente ou por alguma ameaça imediata de punição”<sup>2</sup>. Já no segundo nível o ator possui algum tipo de escolha, ainda que seja impelido por um cálculo de custo/benefício a seguir a norma. O último nível é também o mais estável, pois existe a criação de um campo cognitivo dentro do qual a norma é percebida como legítima, já que provém da própria identidade do ator (WENDT, 2010).

Por último cabe analisar os tipos de identidade que conformam a ação externa do Estado. Nesse sentido é importante para nós esclarecer três tipos: *type*, *role* e a identidade coletiva. A primeira diz respeito à identidade pré-social do autor, ou seja, antes da interação, ela corresponde ao núcleo duro dos valores que definem um ator. A *role identity* é a expressão da *type identity* quando o Estado se relaciona. Segundo Wendt (2010, p. 226, tradução nossa): “[...] role identities não são baseadas em propriedades intrínsecas, de modo que existem, apenas, em relação a outro.” Por sua vez, as identidades coletivas correspondem a uma identificação cognitiva entre dois atores que interagem. Nessa identidade não existe diferença entre o eu e o outro (WENDT, 2010). De mãos desses conceitos, podemos prosseguir na análise do caso concreto.

## Recorte histórico

Durante todo o período pós-colonial até a década de 1960, a África foi relegada a uma importância marginal pela PEB. Esse quadro começa a mudar com a Política Externa Independente (PEI), motivada por fatores preponderantemente econômicos, durante a década de 1970 (SARAIVA, 1996). Todavia, essas políticas inovadoras não criaram relações profundas e consistentes capazes de resistir às mudanças de conjuntura do contexto nacional e internacional, o que levou a subsequentes afastamentos.

Desde a colonização até o século XXI, as relações com a África foram tratadas pela maior parte da “comunidade de política externa”<sup>3</sup> (SOUZA *apud* LIMA, 2005, p. 3) como um meio de atin-

---

2. “[...] an actor knows what the norm is, but complies only because He forced to, directly or by the threat of certain, immediate punishment that would force him” (WENDT, 2010, p. 268).

3. Segundo o trabalho realizado por Amaury de Souza (2008), a comunidade de política externa é formada pelo Executivo, Congresso e Judiciário, lideranças empresariais, sindicais e de movimentos sociais, representantes de organizações não-governamentais, jornalistas e acadêmicos (SOUZA *apud* LIMA, 2005).

gir um objetivo maior, ora uma PEI, ora um maior poder de barganha. Por isso observam-se posturas por vezes inconsistentes de vacilações, contradições, aproximações e afastamentos (SARAIVA, 2002). Percebe-se que a “amizade” estava internalizada apenas até o segundo nível. Por isso, conforme explica Wendt (2010), é mais instável e susceptível às mudanças contextuais: “Para os Estados egoístas, amizade pode não significar nada mais do que do que um chapéu que eles experimentam todas as manhãs ao seu bel prazer, ou seja, um acessório que eles irão descartar no momento em que os custos superem os benefícios; contudo, até que isso aconteça, eles serão amigos *de facto* ainda que não *in principle*”<sup>4</sup> (WENDT, 2010, p. 305, tradução nossa).

Por outro lado, todo esse tempo contribuiu para o desenvolvimento de uma posterior política mais consciente, voltada para o continente africano. Após a PEI foi possível aprimorar o conhecimento e as relações com o outro lado do Atlântico. Segundo Saraiva (1996, p. 243), “a África evoluiu para o coração da inserção universalista do Brasil. Apesar da retração dos anos 1990, o lastro que se construiu ao longo do tempo é insofismável”. A importância das relações históricas na formação de identidades coletivas é destacada por Wendt: “Por meio do processo de interação com a realidade, os Estados aprendem muito sobre si, e hoje podem, amiúde, razoavelmente atribuir probabilidades à inferências sobre o que os outros Estados desejam”<sup>5</sup> (2010, p. 109, tradução nossa).

## Colônia e pós-independência

Durante o Brasil colônia as relações com a África, principalmente com a África negra, não se resumiam ao comércio de escravos (PENNA FILHO, 2009), apesar de esse ser a sua pedra angular. A população em 1822 consistia em 1/3 de afrodescendentes. O continente africano era o fornecedor da mão de obra que sustentava o modelo econômico agroexportador do Brasil. Além disso, as relações comerciais com as colônias portuguesas eram intensas, exportava-se tabaco e aguardente sem o intermédio da metrópole (FAUSTO, 2001). Ao

---

4. “For egoistic states friendship might be nothing more than a hat that they try each morning for their own reasons, one that they will take off as soon as the costs outweigh the benefits, but until that happens they will be friends in fact even if not in principle”.

5. “Through this process of interacting with reality, states have learned a great deal about each other, and today can often assign reasonably confident probabilities to inferences about what others want”

mesmo tempo, o Brasil tinha um papel importante para as colônias portuguesas na África. Segundo Bueno e Cervo (1992), as relações dessas com o Brasil eram mais importantes do que com a própria metrópole, prova disso foi o desejo de Angola de se unir ao Brasil à época da independência brasileira. O primeiro reino a reconhecê-la foi o Reino do Benin<sup>6</sup> em 1823 (GARCIA, 2000).

Concluí-se que havia uma relação informada pela exploração. Se em algum momento as relações Brasil/África foram internalizadas através do primeiro nível, esse momento foi o período colonial brasileiro. Apesar de não serem dois Estados independentes, é inegável que esse período construiu as bases da sociedade brasileira que perduram até os dias atuais e influenciam tanto a formação identitária brasileira, como a africana, o que se reflete na formulação e execução da política externa contemporânea.

Visto que o comportamento dos atores era baseado na compulsão, uma vez retirado esse elemento, ou seja, o fim do tráfico negreiro, a norma tenderia a ser quebrada (WENDT, 2010). Verifica-se que de fato a África foi relegada ao esquecimento da política externa do Império. Claro está que outros fatores devem ser levados em consideração. O Brasil era um país recém-formado, por isso a sua principal preocupação era a consolidação de sua soberania. Assim, o Império concentrou suas atenções no reconhecimento da independência e nos assuntos relacionados à sua fronteira, principalmente à Bacia do Prata, percebida como uma das principais ameaças à integridade do vasto país (BUENO; CERVO, 1992). Já no que tange ao contexto internacional, o Brasil tinha pressa em ser reconhecido pelos países que compunham o concerto europeu. Esse reconhecimento era entendido como uma garantia de sua soberania. Observa-se a percepção brasileira de que uma anarquia hobbesiana no sistema internacional, ou seja, um ambiente de jogo de poder assim definiu seu interesse nesses termos. Desse modo existia um afã brasileiro em obter o reconhecimento da ex-metrópole, ainda que Portugal exigisse em troca o fim das intensas relações do Brasil com as colônias portuguesas na África (RICUPERO, 2011).

Paralelamente, na segunda metade do século XIX, inicia-se o colonialismo europeu na África, deixando pouco espaço para relações independentes desses países com outros Estados. A África

---

6. O Reino do Benin não corresponde ao atual Estado do Benin, mas à região de Lagos que hoje faz parte da Nigéria.

ficaria inserida nas disputas europeias, até meados do século seguinte (PENNA, 2009). De fato esse é um momento em que o sistema internacional ainda carrega aspectos da cultura hobbesiana e as políticas de poder associadas ao sistema de autoajuda possuem uma grande influência na tomada de decisão do Estado (WENDT, 2010, p. 268). Há de se somar ainda o fato de internamente a *intelligentsia* brasileira estar influenciada pelas ideias evolucionistas e racistas de Spencer e Darwin, e por isso tentou extirpar do legado brasileiro o passado afrodescendente, buscando promover o branqueamento da população como forma de civilizar e inserir o Brasil no sistema de nações ocidentalizadas (FURTADO, 2001).<sup>7</sup> Isso se reflete na PEB, na medida em que a África será entendida como o continente do atraso e o Brasil, como o país do futuro. Essa primeira relação antagônica de interesse e identidade irá manter os dois atores afastados até meados do século seguinte.

Portanto, se o período pré-colonial criou uma profunda relação de identidade baseado na coerção, uma vez que essa foi retirada, enfraqueceu-se o elo entre os dois lados do Atlântico. Somada a isso, a cultura internacional propulsava aos países que se voltassem para questões de soberania e segurança. Tudo isso comprometeu o processo de formação de uma identidade coletiva entre Brasil e África.

## **A primeira ruptura: a política externa independente**

Com o fim da Segunda Guerra as relações entre Brasil e África ganharam novo fôlego. No nível africano a descolonização, iniciada na década de 1950, com suas longas lutas de libertação, deu origem a diversos movimentos que irão redefinir alguns padrões das relações internacionais, conferindo maior relevância ao continente africano e ao terceiro mundo, que passou a ser palco de disputas no contexto da Guerra Fria (VIZENTINI, 2007). No Brasil inicia-se uma busca por autonomia na ação externa, levando a uma ruptura com o antigo modelo de alinhamento automático aos EUA. Coube à PEI apoiar a autodeterminação dos povos e reconhecer a independência das antigas colônias africanas. Uma demonstração dessa nova postura é a abertura das primeiras embaixadas no continen-

---

7. Isso tanto é verdade que o Brasil proibiu em 1890, através do Decreto nº 528, a entrada de imigrantes provenientes da África e da Ásia (RODRIGUES *apud* PENNA FILHO, 2009).

te africano, no Senegal, Gana, Nigéria e Quênia (LECHINI, 2008), conforme palavras do próprio Jânio Quadros:

5) Apoio decidido ao anticolonialismo; [...] 8) Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia [...] 9) Estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos. (BUENO; CERVO 1992, p. 281)

O que se observa é o embrião de um Brasil *coletivista*. Ao mesmo tempo em que havia condições estruturais e internas para a aproximação, os custos de uma aliança Sul-Sul que excluísse o Norte ainda eram muito altos. Além disso, é preciso ter em mente que a cultura predominante nas relações nesse momento baseava as decisões em custo/benefício. Por isso, no âmbito da ONU, o Brasil procurava não se comprometer com o processo das lutas de independência, adotando a política de reconhecer a independência dos novos Estados apenas quando o mesmo fosse feito pelas antigas metrópoles. Essa foi a causa do voto contrário à proposta afro-asiática sobre a Argélia, alegando-se que a ONU não deveria intervir nos assuntos internos dos países (PENNA FILHO, 2009). Nas palavras de Cunha (2002, p. 145): “O governo condenava o colonialismo em geral, mas era vacilante com o colonialismo português”. Ao mesmo tempo, houve um esforço em assumir uma postura mais independentista, vinculada ao trinômio “desenvolvimento, desarmamento e descolonização” (BUENO; CERVO 1992). Nesse arcabouço, a África encontrou espaço para florescer na PEB, entretanto a política não foi idealizada para fortalecer as relações com esse continente e tampouco foi adaptada às suas necessidades, o que a deixou passível de restrições e contradições.

Conclui-se que a PEI representou um esforço brasileiro de busca de autonomia, dentro da qual a África pôde se encaixar, encontrando um espaço de visibilidade. Enquanto serviu de meio para a realização da PEI, a África teve seu papel de destaque, por exemplo, com o reconhecimento das independências. Por outro lado, quando surgiram obstáculos optou-se pelo tradicionalismo, relegando-se a África para segundo plano, como o emblemático caso da África portuguesa.

## A década de 1970 e os “anos dourados”

Com a “diplomacia da prosperidade” do governo Costa e Silva e seus sucessores, o Brasil volta a sua atenção para o outro lado do

Atlântico, dessa vez por um período mais longo e de uma forma mais intensa, estimulado principalmente pelos interesses econômicos. O impulso foi resultado de um modelo desenvolvimentista de substituição de importação, busca de petróleo e de mercado consumidor (LECHINI, 2008). Como afirma Ribeiro (2010, p. 57) sobre a relação Brasil/África no período: “[...] acompanhou a grande expansão do modelo de industrialização e exportação de manufaturados dos anos 1970 [...]. A nova política do nacionalismo de fins privilegiava o ‘universalismo’ e posteriormente a relação sul/sul, se desvincilhando da ideologia leste/oeste.”

Essa nova orientação refletiu-se (ao mesmo tempo em que foi fator causal) no quadro de diplomatas à frente desse novo processo, que contava com pessoas desvinculadas do antigo sentimentalismo lusitano, como o próprio chanceler Azeredo da Silveira e o diplomata Ítalo Zappa, chefe da Divisão de África (DAF) (PENNA FILHO, 2009). O papel desses diplomatas é considerado muito importante, pois, como aponta Wendt (2010, p. 221), indivíduos são relevantes na medida em que são eles que levam a cabo as ações do Estado.

O pragmatismo ecumênico e responsável de Ernesto Geisel e do ministro do MRE Azeredo da Silveira marcam uma política na qual “os interesses econômico-estratégicos eram colocados acima da questão ideológica (Leste/Oeste)”. Demonstração dessa postura foi colocada pelo ministro em sua visita ao Senegal em 1974, na qual definiu a PEB baseada no incremento da relação Sul/Sul, no respeito à soberania e autodeterminação dos povos e na repulsa ao colonialismo e à discriminação racial (BUENO; CERVO, 1992).

No plano internacional a *détente*, somada à crise do petróleo, geraram dois efeitos. O primeiro foi na ordem internacional de uma cultura mais flexível à diversificação de alianças e aberta a temas desvinculados da securitização. O segundo foram as crises do petróleo, que deram relevância e legitimidade à agenda econômica e às questões de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O malogro do diálogo Norte/Sul levou a um maior engajamento Sul/Sul, buscando o desenvolvimento econômico. Nesse momento a identidade *coletivista* do Brasil é reforçada e o projeto de potência média com importante papel na comunidade internacional começa a ganhar forma (LIMA, 2005).

Nesse contexto, principalmente como estratégia econômica, o Brasil e a África irão construir seu interesse mútuo. À África foi dado um papel relevante na política interna econômica, com o Pla-

no de Ação Estratégica do Governo (Paeg), que buscava uma política comercial mais competitiva e, principalmente, com o Plano de Desenvolvimento Nacional II (PDN II), que pretendia fortalecer as empresas nacionais, expandindo o mercado consumidor e as exportações brasileiras, com o objetivo de aumentar a autonomia do país (LACERDA, 2003). A África apareceu, então, como um mercado consumidor de bens industrializados e serviços brasileiros, como destaca Lechini (2008, p. 60): “Na década de 70, o comércio exterior tinha alcançado uma importância crescente em função do modelo de desenvolvimento econômico que precisava da importação de petróleo e bens de produção. A África surgia como um mercado potencial”.

O continente passou a representar um parceiro econômico importante, principalmente como recebedor de produtos manufaturados e serviços, com obras de infraestrutura, destacando-se a Nigéria, Angola e África do Sul (LECHINI, 2008). Os resultados podem ser observados na balança de transações correntes. Ribeiro (2010) destacou que entre 1973 e 1974 as exportações brasileiras cresceram 129%, enquanto as exportações do Brasil para a África aumentaram 300,2%, a maior parte de produtos industrializados. Também foi nesse período que o comércio entre os dois lados do Atlântico atingiu o seu apogeu, com a África absorvendo 8% das exportações brasileiras e computando 13% da pauta de importação do Brasil (DOPCKE, 2003).

Se por um lado o comportamento continuou a ser pautado pela antiga lógica de custo/ benefício, por outro já era possível identificar engajamentos sem benefícios diretos de curto prazo, baseados em valores comuns, como, por exemplo, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopcas) em 1986, que consistia na “área mais desmilitarizada do mundo”. Contando com a participação de 24 países, a institucionalização ocorreu mesmo com a resistência dos EUA. Outro exemplo de ações mais coletivas foi o reconhecimento da independência do Saara ocidental pelo Brasil e o repúdio mais veemente do *apartheid*, que culminou com o rompimento das relações comerciais e culturais, ainda que a África do Sul fosse o principal parceiro comercial do Brasil na África (BUENO; CERVO, 1992). Essas ações fazem parte de uma construção social e histórica dentro da qual o Brasil começa a se identificar e a se relacionar com a África através de uma cultura cada vez mais kantiana e internalizada pela legitimação. Isso gera ações mais altruístas, onde os Estados estarão dispostos a fazer sacrifícios por aqueles com os quais eles se identificam (WENDT, 2010, p. 273).

Como os anos 1970 e 1980 ainda seguem uma lógica lockiana, não deve surpreender que as mudanças das conjunturas que haviam impellido a aproximação dos “anos dourados” levaram a um eventual afastamento. Segundo as análises de Wendt (2010, p. 271), “as soon as the costs of following the rules outweigh the benefits, actors should change their behavior”. Assim, as estruturas de formação de identidades coletivas não resistiram às inúmeras guerras civis que eclodiram na África e sua instabilidade econômica. Somadas às instabilidades internas econômicas e sociais do Brasil, constatou-se o declínio das relações comerciais e impreterivelmente a perda de espaço da África no Brasil e do Brasil na África (PENNA FILHO, 2009).

### A perda de relevância da África para o Brasil

Grande parte do que acontece em política internacional está condicionada à visão dos tomadores de decisão (WENDT, 2010). Reforçado por um ambiente de crise na África e ainda pautando-se na lógica egoísta, o Brasil abandonou alguns aspectos de sua identidade universalista, privilegiadora das relações Sul/Sul, como bem observou Saraiva (1996, p. 219): “O comércio Brasil/África é declinante nos anos 1990. Inexistem na presente década os elementos que impulsionaram o Brasil a explorar as potencialidades comerciais da África Negra, como ocorrera nos anos dourados da política africana”.

A identidade refletida na PEB da década de 1990, e principalmente a promovida por Fernando Henrique Cardoso (FHC), era baseada no interesse de inserir o Brasil na era da globalização que se desenhava, em um mundo pós-Guerra Fria que se tornava cada vez mais interdependente. O meio escolhido para atingir esse objetivo foram as parcerias tradicionais, principalmente com o mundo desenvolvido, Europa e EUA, e subsidiariamente com Ásia e América Latina. O continente africano passou a ser encarado por uma lógica de parcerias seletivas, na qual o grau de importância dos países era medido pela sua participação na balança comercial, notadamente a África do Sul (LECHINI, 2008).

Isso não se aplica apenas em relação à África, mas na ação externa como um todo, que se distanciava da *role identity* de país terceiro-mundista e da *role identity*<sup>8</sup> universalista, defensor das

---

8. Como explica Holsti (1970), *role identities* são mais susceptíveis a mudanças provocadas no nível doméstico pelos tomadores de decisão (HOLTSI *apud* WENDT, 2010).

relações Sul/Sul. O engajamento seletivo imbuído de um egoísmo que vinha sendo superado pode ser considerado como um momento do que Wendt (2010) chama de “esquizofrenia”, ou seja, quando o ator age através de um entendimento cognitivo próprio bastante descompassado com a realidade. Como concluiu Saraiva (1996, p. 222), “para o mundo moderno que se desejava para o Brasil, a África tinha lugar diminuto, entretanto a retomada do caminho não tardou a vir”. Em 1992 o engajamento na busca de uma solução para a questão angolana levou ao envio de tropas para atuar na Operação de Paz da ONU nesse país e, em 1996, baseando-se em homogeneidades históricas, culturais e linguísticas, surgiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No século XXI a identidade coletivista do Brasil irá ganhar um fôlego ainda maior dentro de uma cultura internacional cada vez mais kantiana e internalizada pela legitimação, onde haverá um maior espaço de atuação para os países em desenvolvimento. Isso abrirá espaço para que o Brasil possa reproduzir a sua identidade universalista de potência média, defensora da igualdade jurídica entre as nações e de relações baseadas em preceitos morais. Em relação à África isso se traduzirá em um engajamento evidentemente marcado por ações mais altruísticas e na consolidação da identidade coletiva entre os dois lados do Atlântico.

## Formação da identidade coletiva

O relacionamento entre o Brasil e a maior parte dos países africanos aprimorou-se e intensificou-se durante os dois mandatos do presidente Lula. A África ganhou “relevância estratégica, cultural, econômica e identitária” (SARAIVA, 2002, p. 9). O aumento das correntes de comércio, o número de acordos bilaterais, a abertura de representações diplomáticas, os programas de assistência técnica, os fóruns multilaterais envolvendo os dois atores, ações de solidariedade para com o continente e as diversas viagens do presidente Lula atingiram níveis inéditos. Internamente, ocorreu o desmembramento do Departamento da África e do Oriente Médio, criando-se um departamento exclusivo para a África. Além disso, instituiu-se a Divisão da África III (DAF III), ampliando-se a área de atuação dos DAFs I e II (RIBEIRO, 2009).

Constrói-se concomitantemente à identidade coletiva Brasil/África, a *role identity* universalista brasileira. Assim, ocorre a repro-

dução da identidade brasileira no âmbito sistêmico e interno. No que tange especificamente à África, a “amizade” passa a ser entendida como fim autojustificado. Uma vez internalizada no terceiro nível, a identidade coletiva, como proposto por Wendt (2010, p. 273, tradução nossa), é muito mais profunda e resistente: “Portanto, a qualidade de sua complacência será alta, assim como sua resistência à mudança normativa.”<sup>9</sup> Conforme esse autor, identidades coletivas são formadas pela existência de quatro variáveis: interdependência, homogeneidade, futuro comum e autocontrole, as três primeiras sendo eficientes e a última permissiva. Assim, a simples combinação de uma variável eficiente com uma permissiva poderia levar à formação da identidade coletiva, apesar de que, quanto maior a presença de outras variáveis, maior a probabilidade de formação da identidade (WENDT, 2010). No relacionamento entre Brasil e África, identificam-se três dessas variáveis.

*Homogeneidade:* o princípio nesse caso é: “Se eles são como nós, devemos tratá-los conforme um dos nossos”<sup>10</sup> (WENDT, 2010, p. 355, tradução nossa). Há muitas características sociais, culturais e históricas compartilhadas entre o Brasil e a maior parte do continente africano. O fato de ambos os atores terem sido colônias; de sofrerem com a pobreza, com a fome e com o subdesenvolvimento; de serem parte do terceiro-mundo; de terem experimentado, em maior ou menor grau, a ingerência de países centrais, de compartilharem similaridades culturais, históricas e linguísticas, aproxima suas *type identities*. Isso se traduz na ênfase dada pela PEB a um relacionamento baseado na obrigação “moral, política e histórica”, conforme o presidente Lula em diversos de seus discursos. O fato de que os dois interlocutores possuem esse legado comum reforça os fatores cognitivos comuns, facilitando a intersubjetividade e fortalecendo a identidade coletiva entre as partes (WENDT, 2010).

No plano das ações concretas isso se traduziu de diversas formas. Internamente a lei 10.639 de introdução do estudo de história e cultura africana no ensino brasileiro, ao mesmo tempo em que representa uma consequência do forte movimento afrodescendente no país, reforça o afã de resgatar a identidade africana, o que leva, por sua vez, a novas ações. Soma-se a isso o programa de intercâmbio estudantil (Programa de Estudante-Convênio – PEC), que foi

9. “The quality of their compliance will therefore be high, as their resistance to normative change”.

10. “If they are just like us we should treat them accordingly”.

estendido para a pós-graduação, com o objetivo de criar conhecimento mútuo e difundir a cultura de ambas as partes (VISENTINI; PEREIRA, 2007). Já externamente, percebe-se a atuação conjunta em diversas ocasiões. Por exemplo, no âmbito da OMC durante a Conferência Ministerial de Doha uniram-se forças para a aprovação do licenciamento compulsório de fármacos no combate à Aids, além de advogarem a transferência de tecnologia para o Sul e tratamento especial aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (VISENTINI; PEREIRA, 2007). A reforma de Conselho de Segurança, outra temática fortemente abordada pelo Brasil dentro da sua identidade universalista de potência média, é apoiada por diversos parceiros africanos, como Guiné-Bissau, Cabo Verde, África do Sul e a própria União Africana (SOUZA; NETO, 2010).<sup>11</sup>

*Interdependência:* para Wendt (2010, p. 344), “actors are interdependent when the outcome of an interaction for each depends on the choices of others”. Para isso destacam-se o número de acordos bilaterais, a corrente de comércio e a presença de empresas brasileiras na África. O número de tratados bilaterais cresceu de maneira vertiginosa, segundo Lechini (2008): entre 1960 e 2002 foram firmados 172 acordos, 44 dos quais realizados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Durante o primeiro mandato de Lula foram celebrados nada menos do que 121 acordos bilaterais, e no segundo 124, contemplando 29 países, alguns dos quais inéditos, como Tanzânia, Sudão, Gâmbia, Etiópia, Burundi, Burkina Faso e Botsuana (MRE, 2011). Esses tratados abrangem uma variedade de temas, desde comércio, estabelecimento de comissões mistas, combustíveis, esportes, combate à Aids e malária à cooperação na agricultura e formação profissional (MRE, 2011). Essa cooperação técnica entre os países africanos e o Brasil é promovida especialmente pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) com projetos que buscam gerar “capacitação profissional, fortalecimento institucional e intercâmbio técnico para um terceiro” (ABC, 2011). Tal cooperação demonstra o comprometimento brasileiro em ajudar na construção e fortalecimento das nações africanas, como destaca Saraiva:

---

11. Uma interessante demonstração do apoio dos países africanos à candidatura brasileira a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, e da satisfação desses países com a política externa do governo Lula para a África, foi o jantar oferecido no dia 16 de junho de 2011 ao ex-presidente por diplomatas africanos na embaixada de Angola em Brasília, no qual manifestaram o seu apoio ao ex-presidente.

Também engloba uma dimensão de cidadania e reconhecimento: os programas de cooperação que objetivam combate a AIDS, a experiência envolvendo o conhecimento específico do Sebrae, da Embrapa, entre outras empresas brasileiras, os quais estiveram ativos em muitos países africanos no último ano. (SARAIVA, 2010, p. 18, tradução nossa)<sup>12</sup>

À luz desses fatos o argumento de uma relação de custo/benefício perde força. O maior interesse do Brasil nesses contratos de cooperação triangulares é por meio de instituições como Senac, Anvisa, Embrapa, no seu papel de ajudar tais países a desenvolverem seus setores agrícolas (utilizando as técnicas empregadas no cerrado brasileiro), de saúde e de educação e conseqüentemente sua própria capacidade econômica (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2011).

Também do ponto de vista estritamente da balança comercial, não restam dúvidas de que, durante o período em questão, o salto foi exorbitante. Em 2002, o comércio Brasil/África era da ordem de US\$ 5 bilhões, em 2011 esse valor era de US\$ 27, 6 bilhões, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 548%, enquanto que o volume de comércio total do país cresceu 447%. No período 2002-2008, antes da crise mundial, o aumento foi de 515%, enquanto o do comércio total foi de 344% (Apêndices 1 e 2). Em 2008, o comércio brasileiro com o outro lado do Atlântico representava 9,1% do comércio total.<sup>13</sup> As exportações eram da ordem de US\$ 2,3 bilhões em 2000 (OLIVEIRA, 2006), e em 2011 já atingiam US\$ 12,2 bilhões, a maior parte de produtos manufaturados. A participação da África no comércio aumentou paralelamente ao crescimento do Mercosul e à diminuição da participação americana e europeia (Apêndice 1).

Se por um lado é possível argumentar que existe uma lógica custo/benefício que impulsiona o lançamento para um dos mercados futuros mais proeminentes, por outro não se deve perder de vista que o crescimento econômico da África não é entendido nem como alheio ao do Brasil, nem como concorrente a esse, e sim como

---

12. It also encompasses a dimension related to citizenship and acknowledgment: the cooperation programs aiming to combat Aids, the experiences involving Sebrae, Embrapa's expertise, among other several companies from Brazil, which have been active in a number of African countries over the last year.

13. Segundo relatório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, *Balanço comercial mensal*. Disponível no site: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>.

complementar. É nessa lógica que o bem-estar econômico da África é percebido como parte integrante do brasileiro. Explica-se, assim, como a interdependência econômica reforça as outras áreas da identidade coletiva e vice-versa.

*Autocontrole*: as variáveis eficientes, analisadas acima, contribuem para a formação de identidades coletivas, pois promovem incentivos de comportamento pró-social, o que por sua vez suprime as ideias egoístas entre dois atores, gerando uma estrutura altruísta de reconhecimento mútuo (WENDT, 2010). A variável permissiva, autocontrole, começa a ganhar força na última década. Esse princípio diz respeito à superação do medo de que um ator quebre o ciclo de cooperação e acabe explorando o outro. Uma forma de superar essa ansiedade é através de: “[...] iniciativas unilaterais, sem expectativas específicas de reciprocidade. [...] impondo-se sacrifícios visíveis”<sup>14</sup> (WENDT, 2010, p. 363, tradução nossa).

É verdade que o Brasil adotou essa postura na quase totalidade de suas relações Sul/Sul, mas de maneira muito mais destacada para a África, onde os benefícios brasileiros com a ajuda são menos materialmente tangíveis. Isso é diferente, por exemplo, da sua relação com a Ásia, seara onde o Brasil vislumbra muito mais ganhos econômicos, a cooperação não se revestindo, portanto, de caráter altruísta.

Durante a última década foram inúmeros os atos unilaterais de ambas as partes do Atlântico. Do lado da África, em dezembro de 2007 (a pedido da própria Guiné-Bissau), o Brasil foi escolhido pela Comissão de Paz (CCP) da ONU para coordenar os trabalhos do órgão sobre a Guiné-Bissau (VISENTINI; PEREIRA, 2007, p. 9). Soma-se a isso a presença brasileira em quatro das sete operações de paz promovidas pela ONU na África, o que ainda representa mais da metade dessas operações nas quais o Brasil está envolvido.<sup>15</sup> Outro ponto de relevo foi o convite feito ao Brasil para participar da XIII Cúpula dos Chefes de Estado da União Africana em 2009. Pode-se apontar como reflexo dessas ações a inauguração de 17 representações diplomáticas africanas no Brasil desde 2003, totalizando 33 (BRASIL, s/d). Não restam dúvidas quanto à intenção desses atos, qual seja a de sinalizar a confiança dos países africanos para com o Brasil.

14. “unilateral initiatives, with no expectation of specific reciprocity. [...] by imposing visible sacrifices in oneself”.

15. Em abril/2012 o Brasil participava com efetivo militar ou policial em nove operações de paz das Nações Unidas. No continente africano estava presente em cinco na Minurso (Saara Ocidental), Unimil (Libéria), Unoci (Costa do Marfim), Unmiss (Sudão do Sul) (UNITED NATIONS, 2012).

Do lado brasileiro as ações são ainda mais evidentes. O maior destaque é o perdão da dívida de alguns países africanos, Moçambique, Gana, Cabo Verde e Nigéria, atingindo o valor de quase US\$ 1 bilhão (VARGEM, 2008). Destaca-se a abertura de uma linha de crédito no valor de US\$ 1,4 bilhão pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apesar de nesse caso haver a contrapartida da compra de equipamentos brasileiros para obras de infraestrutura. Coloca-se aos países africanos uma disponibilidade de crédito em um contexto de escassez desse recurso na economia internacional. No âmbito social, o comprometimento moral brasileiro com a África ficou evidenciado com a doação de urnas eletrônicas para as eleições de Guiné-Bissau, país que vinha passando por diversos golpes de Estado e instabilidade política (VARGE, 2008). Além disso, o Brasil se comprometeu a construir uma fábrica de retroviral em Moçambique (VIZENTINI; PEREIRA, 2007), que deverá começar suas atividades em 2013. O Brasil firmou quatro acordos de cooperação técnica com a União Africana no âmbito do desenvolvimento social, agricultura, pecuária e desenvolvimento sustentável. Instituições brasileiras como a Embrapa e o Senai estão profundamente envolvidas em projetos de modernização agrícola e formação profissional, respectivamente, no continente africano.

O esforço do Brasil em se relacionar melhor e mais profundamente também fica evidenciado com as inúmeras viagens do presidente Lula ao continente: ao todo foram 12 viagens que contemplaram mais de 23 países (BRASIL, Biblioteca da Presidência da República, 2011). A abertura de novos postos diplomáticos na África também é uma vertente dessas ações que aumentou nossa representação de 18 para 37 embaixadas no período.

Conclui-se que a conjunção das variáveis eficientes com a permissiva engendrou um processo de formação da identidade coletiva entre Brasil e África nos últimos dez anos. Como consequência percebe-se que o processo cognitivo de identificação entre os dois atores transcende o interesse de cada uma das partes (WENDT, 2010). Por isso é possível afirmar que a cooperação entre Brasil e África é hoje mais estável e resistente às mudanças no nível sistêmico estrutural e interno dos países do que nos períodos anteriores, já que está baseada em identidades coletivas legitimamente internalizadas.

## Conclusão

Da breve análise histórica pode-se inferir que existiram períodos intercalados de aproximação e afastamento entre Brasil e África, cada qual marcado por uma lógica e influenciado pelos processos que ocorriam no sistema internacional e no nacional. No período colonial, a relação baseou-se na coerção. Essa foi seguida por um afastamento, explicado internamente pela lógica da defesa da soberania e da afirmação da independência presentes no Brasil Império, enquanto no sistema internacional reinava a lógica hobbesiana. O pós-Segunda Guerra iniciou uma nova lógica no sistema internacional de descolonização e importância de temas econômicos. No Brasil, isso se refletiu no surgimento da PEI, onde a África encontrou algum espaço devido à sua posição de continente periférico e dentro de uma lógica de barganha e custo/benefício. Houve, nesse momento, uma internalização da relação no segundo nível. Essa lógica ganhou força durante a década de 1970, quando o continente africano encontrou o seu lugar de “ouro” na diplomacia pátria, graças aos seus atrativos de petróleo e mercado consumidor. A crise da dívida dos países do Sul, o fim da Guerra Fria (com a perda da importância estratégica da África) e as crises político-econômicas no continente levaram a outro período de afastamento.

Assim, da análise histórica inferiu-se que as aproximações foram seguidas de rupturas, já que, consoante com a tese construtivista de Wendt, a África e o Brasil ainda não haviam desenvolvido uma relação de amizade, ou seja, de identidade coletiva. Ao mesmo tempo, esse período foi essencial para criar o conhecimento histórico necessário para a posterior legitimação da identidade coletivista brasileira em relação à África.

Passou-se então à análise do período iniciado com o governo Lula em 2003 e percebeu-se que muitas ações da PEB não podiam mais ser atreladas apenas à lógica do custo/benefício de temas econômicos. Através da análise de três variáveis (homogeneidade, interdependência e autocontrole), procurou-se evidenciar o surgimento de uma identidade coletivista entre o Brasil e a África. Essa transição ocorreu em um sistema internacional marcado por uma anarquia cada vez mais kantiana (WENDT, 1992), o que reforçaria ações cooperativas e altruístas dos Estados.

Assim, foi possível responder a pergunta levantada no início e a investigação concluiu que tal política constituiu uma forma inova-

dora de relacionamento Brasil/África, na medida em que se apoiou em fatores essencialmente coletivistas, em vez de configurações economicistas. Pela primeira vez as relações entre o Brasil e a África basearam-se em uma política feita para esse continente, levando-se em conta a singularidade do papel da África na conformação sociopolítica do Brasil. Essa conclusão ainda sugere que tais bases deverão imprimir um caráter duradouro e estável ao relacionamento entre os dois atores frente a oscilações sistêmicas e internas.

## Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Cooperação triangular*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaTriangular.asp>>. Acesso em: 17 set. 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never seen before: Luiz Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 2, p. 160-177, 2010.

AMORIM, Celso. *Conversa com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.

AMORIM, Celso. *O Brasil e o "renascimento africano"*. Brasília: Ministério das Relações Internacionais, 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/283202718029-artigo-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

BRASIL. Biblioteca da Presidência Da República. *Luiz Inácio Lula da Silva*. Viagens. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens-1>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordos bilaterais em vigor no país*. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/bilaterais.htm>>. Acesso em: 12 set. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Visitas internacionais do presidente Lula e visitas ao Brasil de chefes de Estado e de chefes de governo*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-do-presidente-lula-e-visitas-ao-brasil-de-chefes-de-estado-e-de-chefes-de-governo-2003-a-2010/view>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Visitas internacionais e nacionais do ministro Celso Amorim e visitas de ministros de negócios estrangeiros ao Brasil de 2003 a 2010*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-e-nacionais-do-ministro-celso-amorim-e-visitas-de-ministros-de-negocios-estrangeiros-ao-brasil-2003-a-2010>>. Acesso 1 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balanco comercial mensal*. Brasília. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 12 set. 2011.

- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: África, 1992.
- COELHO, Pedro Motta Pinto; SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.). *Brazil - Africa forum on politics, cooperation and trade*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. As relações econômicas Brasil/Angola (1975-1988). *Caderno CRH*, Salvador, n. 36, p. 137-164, 2002.
- DOPCKE, Wolfgang. Lula na África; a política africana e a cooperação Sul/Sul. *Meridiano*, v. 47, n. 4, p. 29-32, 2003. Disponível em: <<http://www.doaj.org/doaj?func=abstract&id=727320&recNo=10&toc=1&uiLanguage=en>>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Nacional, 2001. 248 p.
- GARCIA, Eugenio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2000.
- LACERDA, Antonio Corrêa de et al. *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, out. 2008. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/318.pdf>>. Acesso em: 1 set. 11.
- LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul/Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005.
- OECD DEVELOPMENT CENTRE. *African economic outlook*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/3/49/40568599.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.
- PENNA FILHO, Pio. *A evolução da política africana do Brasil contemporâneo*. Trabalho apresentado no II Encontro Memorial "Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr4d.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2011.
- RIBEIRO, Cláudio Oliveira. A política africana do governo Lula: (2003-2006). *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2 p. 185-209, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a09.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2011.
- RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria*. *Revista de Sociologia Política, Curitiba*, v. 18, n. 35, p. 55-79, fev. 2010.
- RICUPERO, Rubens. O Brasil do mundo: In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira: de 1946 a nossos dias*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- SARAIVA, José Flavio Sombra. Política exterior do governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 2, p. 5-25, 2002.

SARAIVA, José Flavio Sombra. The new Africa and Brazil in the Lula era: the re-birth of Brazilian atlantic policy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 53, p. 169-182, 2010.

SOUZA, Danilo Marcondes de Souza Neto. A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: PAULA, Marilene (Org.). *Nunca antes na história desse país...? Um balanço das políticas do governo Lula*. Rio de Janeiro: Henrich Boll Stiftung, 2011. p. 100-115.

UNITED NATIONS. *Peacekeeping operations*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

VARGEM, Alex André. A política externa brasileira para a África no governo Lula. *Ponto-e-Virgula*, São Paulo, n. 4, p. 6-11, 2008. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/artigos/pdf/2\\_Alex.pdf](http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/artigos/pdf/2_Alex.pdf)>. Acesso em: 1 set. 2011.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danielevicz. *A política africana do governo Lula*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <[www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf](http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2011.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *As relações internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes, 2007.

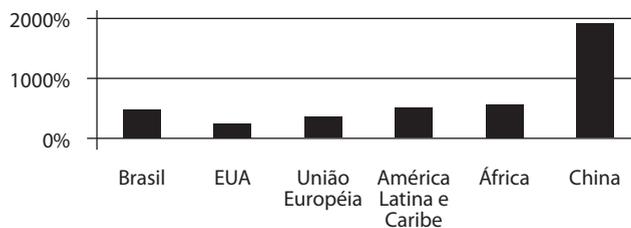
WALTZ, Kenneth Neal. *Theory of international relations*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, v. 46, n. 2, 1992. Disponível em: <<https://portfolio.du.edu/portfolio/getportfoliofile?uid=143673>>. Acesso em: 30 de out. 2010.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. 14. ed. Cambridge: United Kingdom, 2010.

## Apêndice 1

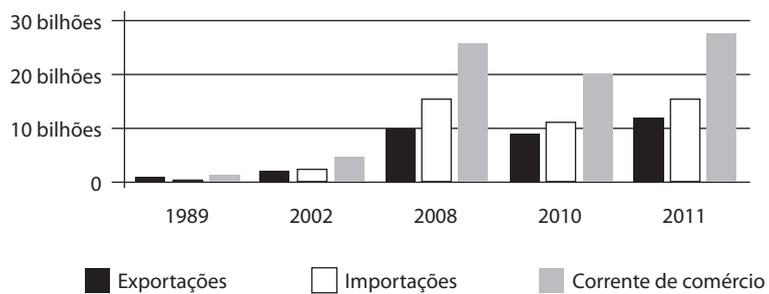
### Crescimento da corrente de comércio brasileira – 2002-2011



Fonte: MDIC (cálculo nosso).

## Apêndice 2

### Evolução do comércio Brasil/África (US\$ bilhões)



Fonte: MDIC (cálculo nosso).